

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: PROPOSIÇÃO

TITULO DO TRABALHO:
ENSINO, PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DIÁLOGO

AUTOR:

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da

Arquiteto, Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. do Mestrado em Urbanismo e FAU da PUC-Campinas

End.com.: Rua Batates, 602 cj. 21

São Paulo-SP

E-mail: jonathas@mpsassociados.com.br

ENSINO, PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DIÁLOGO

RESUMO

Cientes da forma de ocupação do território brasileiro, que vem se mostrando predatória e tem contribuído para acirrar ainda mais as diferenças sociais existentes, os cursos de Arquitetura e Urbanismo deveriam procurar desenvolver no aluno a habilidade de ler os conflitos e as potencialidades que o território, o estado e a nação conferem à paisagem, à cidade, ao abrigo humano, à ocupação do território e ao entendimento das dinâmicas ambientais, de modo a rever os valores éticos e estéticos que impulsionam esses processos.

O presente trabalho apresenta uma reflexão a cerca do papel do arquiteto urbanista e se apóia em um processo participativo que promoveu a discussão com a população local a respeito dos impactos provenientes da implantação de duas usinas hidroelétricas na Amazônia. As discussões possibilitaram a construção de um documento legal reivindicando os direitos e anseios da população.

Pretende-se, com a exposição crítica desse estudo de caso, fomentar a reflexão sobre a necessidade de se promover uma construção conjunta com nossos alunos, a respeito do entendimento da dimensão das diversidades ambientais, culturais, sociais e econômicas existentes no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento, incerteza, processo, ambiente

EIXO: Proposição

EDUCATION, TERRITORIAL PLANNING AND DIALOGUE

ABSTRACT

Taking under consideration the settlement patterns found in the Brazilian territory, which have been predatory and have contributed to the existing social disparities, the Architecture and Urbanism graduation programs should seek to transmit to their students the ability of understanding the conflicts and potentials which the territory, the government and the nation provide to the landscape, to the city, to the human housing, to the land occupation and to the knowledge of the environmental dynamics, aiming to review both ethical and esthetical values which pushed these processes.

The present article presents a reflection about the role played by the professional of architecture and urbanism, based on a work experience related to the participatory process which promoted the discussion with local communities about the impacts caused by the construction of two hidroelectrical power plant units in the Amazon region. As result this process led to the production of a legal report which defended the population rights and wishes.

Through the critical analysis of this case study, it is our goal to deepen the discussion over the need to build up with our students a collective elaboration on the understanding of the environmental, cultural, social and economical dimensions found in Brazil.

KEY-WORDS: planning, uncertainty, process, environment

AXIS: Proposition

EDUCACIÓN, PLANIFICACIÓN DEL TERRITÓRIO Y DIALOGO

RESUMEN

Conscientes de la forma de ocupación del territorio brasileño, que se muestra predatoria y ha contribuido para aumentar las diferencias sociales existentes, los cursos de Arquitectura y Urbanismo deberían buscar despertar en el alumno la habilidad de leer los conflictos y las potencialidades que el territorio, el estado y la nación confieren al paisaje, a la ciudad, al abrigo humano, a la ocupación del territorio y al entendimiento de las dinámicas ambientales, de modo a rever los valores éticos y estéticos que impulsan estos procesos.

El presente trabajo presenta una reflexión sobre el papel del arquitecto urbanista y se apoya en un proceso participativo que promovió la discusión con la población lugareña al respecto de los impactos provenientes de la implementación de dos usinas hidroeléctricas en el Amazonas. Las discusiones posibilitaron la construcción de un documento legal reivindicando los derechos y anhelos de la población.

Se pretende con la exposición crítica de este estudio de caso, fomentar la reflexión sobre la necesidad de promoverse una construcción conjunta con nuestros alumnos, al respecto del entendimiento de la dimensión de las diversidades ambientales, culturales, sociales y económicas existentes en Brasil.

Palabras-Claves: Planificación, Incertidumbre, Proceso, Ambiente

EJE: Proposición

1. INTRODUÇÃO

A história da educação superior no Brasil apenas reafirma o fato de que vivemos em uma sociedade desigual, onde se reduzem as possibilidades, tanto do formato institucional da educação quanto da contribuição individual ou de grupos para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país (CUNHA, 2000).

O ensino que herdamos hoje foi moldado segundo os interesses do Estado, ressaltando-se que os instrumentos deflagradores do debate na sociedade que se quer formar são recentes. Portanto, toda a discussão sobre o ensino contemporâneo questiona, ou deveria questionar as relações entre o Território, o Estado e a Nação – sendo o Estado entendido como constituído pelo conjunto de instituições e organizações que o representam e a Nação constituída por seus cidadãos (SANTOS, 1996).

Assiste-se ao declínio da qualidade de ensino em proveito do lucro rápido, das ofertas por uma formação apressada para suprir rapidamente as supostas demandas do mercado de trabalho (SANTOS, 2002). As Instituições de Ensino Superior carecem de uma noção clara a respeito do profissional que se quer formar.

Nesse trabalho, parte-se do pressuposto de que se pretende formar um profissional com uma formação ética e técnica suficiente para ser SUJEITO. Na concepção de Paulo Freire (FREIRE, 1996), sujeito é o ser humano preparado para não ser passivo dentro das dinâmicas sociais e de seu mundo. Isto é, não se toma aqui o ensino como técnica de transmissão do conhecimento, mas como “agentes e produtos da ação do conhecimento que engendra esse sujeito”, como sugere Marilena Chauí (CHAUÍ, 2001).

Cientes da forma de ocupação do território, que vem se mostrando predatória e tem contribuído para acirrar ainda mais as diferenças sociais existentes em nosso país, os cursos de Arquitetura e Urbanismo deveriam procurar desenvolver no aluno a habilidade de ler os conflitos e as potencialidades que o território, o estado e a nação conferem à paisagem, à cidade, ao abrigo humano, à ocupação do território e ao entendimento das dinâmicas ambientais, de modo a rever os valores éticos e estéticos que impulsionam esses processos.

O presente trabalho apresenta uma reflexão do papel do arquiteto urbanista em processos de planejamento territorial no Brasil, que possui uma história permeada por grandes diferenças sociais, culturais e econômicas ao mesmo tempo em que seu extenso território possui uma elevada diversidade de domínios ambientais.

Dessa interação entre sociedade desigual e território com grandes dimensões e inúmeros compartimentos ambientais, formaram-se as paisagens brasileiras que conhecemos hoje, com 81% da população vivendo em cidades que ocupam 0,25% de nosso território (MIRANDA, 2005).

As cidades e a população urbana dependem do território não urbano seja, por exemplo, para o abastecimento, para a adução de água potável ou para a produção de energia. Nesse sentido as cidades não são ilhas, elas geram relações de dependências com as áreas rurais e as demais cidades. Essas relações carecem de entendimento do processo que é fomentado por interesses contraditórios de diferentes grupos sociais e que não consideram os limites territoriais e sociais existentes.

O trabalho se apóia em um processo participativo que promoveu a discussão com a população local a respeito dos impactos provenientes da implantação de duas usinas hidroelétricas na Amazônia. As discussões possibilitaram a construção de um documento legal reivindicando os direitos e anseios da população.

Pretende-se, com a exposição crítica desse estudo de caso, fomentar a reflexão sobre a necessidade de se promover uma construção conjunta (COOL, 1997) com nossos alunos, a respeito do entendimento da dimensão das diversidades ambientais, culturais, sociais e econômicas existentes no Brasil. O arquiteto urbanista tem oportunidades em sua formação que podem levá-lo a ser um agente chave do processo por sua formação se basear na interação de conhecimentos sociais e territoriais.

2. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O presente trabalho ocorreu simultaneamente ao final da elaboração dos estudos de impactos ambientais relacionados às usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, empreendimentos projetados para o trecho do rio Madeira situado no município de Porto Velho, a montante de sua sede, no Estado de Rondônia.

Durante a elaboração dos referidos estudos, diversos agentes públicos e privados identificaram a necessidade de levar à população, residente nas áreas de influência direta dos empreendimentos, informações que permitissem sua incorporação ao debate referente ao processo de licenciamento do empreendimento.



FIGURA 01 - Município de Porto Velho, com a sinalização das localidades onde ocorreu a maioria das reuniões. Vilas de Santo Antônio e sedes distritais de Mutum-Paraná e Jaci-Paraná.
Fotos e Ilustração do autor.

Em maio de 2006 teve então início um processo de comunicação que estimulou a participação ativa e direta da população local no debate das questões mais importantes relacionadas à construção e operação das usinas, ampliando e democratizando a discussão de seus principais impactos ambientais e sociais.

O processo teve como objetivo a construção de propostas que foram documentadas e entregues ao governador de Rondônia, ao Prefeito de Porto Velho e a autoridades federais (IBAMA e ANEL).

Com a responsabilidade de estabelecer as estratégias e métodos participativos nossa equipe procurou incorporar diversas visões de estudiosos, pesquisadores de diferentes áreas de atuação com o objetivo de estabelecer um diálogo franco com os moradores da região.

Três pontos se mostraram essenciais ao processo:

- a) o estabelecimento de uma agenda de reuniões que possibilitasse a população de organizar para intervir sobre o processo proposto;
- b) o estabelecimento de um ritmo entre as reuniões para que as discussões e reflexões pudessem ser retroalimentadas pelos participantes;
- c) o desenvolvimento de um conjunto de apresentações onde a complexidade técnica pudesse ser traduzida graficamente de forma a conseguir transmitir os conceitos necessários para o entendimento das questões em pauta.

Entre maio de 2006 e julho de 2007 foram realizadas 59 reuniões públicas com a participação de representantes de comunidades situadas na área de influência da usina de Jirau, da usina de Santo Antônio e da região localizada a jusante do município de Porto Velho. Destas reuniões, que aconteceram em sua grande maioria nas próprias localidades, participaram aproximadamente 1.000 pessoas. Todo o processo contou com ampla divulgação prévia dos eventos, além de apoio aos participantes, para os quais eram garantidas condições necessárias aos seus deslocamentos e facilidades de hospedagem, quando pertinente.

Foram muitos e importantes os resultados desta tarefa. O principal deles, é composto pelo conjunto das 264 propostas elaboradas por:

- 10 comunidades localizadas entre Fortaleza de Abunã e o Jirau.
- 18 comunidades localizadas entre o Jirau e Santo Antônio
- 27 comunidades e 3 Associações Comunitárias localizadas a jusante da cidade de Porto Velho, responsáveis por sua autoria e conteúdos.

As propostas aqui apresentadas explicitam tanto demandas da população consultada, decorrentes dos padrões atuais dos serviços públicos a ela prestados, quanto preocupações relacionadas ao futuro da região com a construção das usinas. Sendo assim, as soluções para as demandas explicitadas neste documento deverão contar com a atenção e participação do futuro empreendedor e do Poder Público, associados de forma a garantir que a implantação dos projetos ocorra de forma socialmente harmônica, contribuindo positivamente para o desenvolvimento social da população por eles afetada.

O principal objetivo do processo participativo era ampliar a visão técnica sobre as demandas e oportunidades que serão geradas pela população que vive atualmente junto à área proposta para a implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Esse processo, conduzido de forma transparente, objetivou resgatar o olhar do cidadão, morador da região, ampliando o olhar técnico sobre o empreendimento.

Teve-se como principal resultado, além das propostas concretas elaboradas, a promoção do acesso ao diálogo e a construção de pactos entre os diferentes grupos sociais existentes com interesses na região, os técnicos representantes do poder público e os técnicos responsáveis pelo empreendimento.

Adotando, como princípio, que processos bem sucedidos de intervenção sobre o território são fruto de pactos sociais estabelecidos por diferentes setores da sociedade e considerando o conjunto de peculiaridades ambientais, sociais, técnicas e econômicas, que tornam as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau objeto de crescente processo de discussão pública, estabeleceu-se as premissas para garantir uma voz, nesse processo, à população que será diretamente impactada pelos empreendimentos.

Pautadas em métodos de planejamento participativo, no processo de transformação do território, tomam-se como premissas:

- que se entenda por processo participativo aquele em que o conhecimento a respeito da realidade é construído socialmente, isto é, por meio da participação de representantes de diferentes setores da sociedade que, por sua vez, têm interesses distintos na forma pela qual os diferentes agentes se apropriam dos recursos naturais, assim como na maneira como ocupam e transformam o território;
- que a construção de propostas de ações mitigadoras, compensatórias e sociais seja ancorada em um método participativo, pelo qual se identifiquem os conflitos, as contradições e os diferentes interesses existentes.

A agenda de atividades foi delineada e divulgada para que todos pudessem participar. O ritmo imposto ao processo – reuniões a cada quinze dias em cada localidade – foi resultante da agenda e da necessidade de continuidade do processo.

O escopo de trabalho foi definido compreendendo:

- Identificação das características do projeto das Hidroelétricas e dos respectivos impactos ambientais a serem comunicados e discutidos com as comunidades.
- Mapeamento sociométrico das organizações sociais existentes nas comunidades e instituições participantes do processo.
- Estabelecimento de formas de comunicações dotadas de linguagem adequada às características sócio-culturais de cada comunidade.
- Estabelecimento de formas de comunicações dotadas de logística adequada às características físico-espaciais de cada comunidade.
- Concepção e roteiros para as apresentações do Projeto Hidroelétricas.
- Capacitação nas formas de comunicação e linguagem da equipe técnica do Consórcio que irá interagir com as comunidades e instituições em Audiências Públicas.
- Resgate, por meio de processo participativo, das demandas e propostas das comunidades e instituições envolvidas.
- Identificação das complementações e adequações que se façam necessárias às ações compensatórias, ações sociais e ações mitigadoras delineadas no EIA/RIMA, referente ao Projeto das referidas Usinas Hidroelétricas.

As características do território e do cotidiano das comunidades afetadas indicaram a logística escolhida para o desenvolvimento dos trabalhos. A extensão de alcance do projeto, a vivência da população ribeirinha, as dificuldades de locomoção das comunidades pelo rio e estradas, a carência de infra-estrutura local, no sentido de espaços e condições para as reuniões, levaram aos seguintes procedimentos:

- as reuniões e oficinas foram programadas para os finais de semana, em horários que não prejudicassem as atividades dos moradores, que vivem basicamente da pesca, da agricultura, da pecuária e do garimpo;
- a escolha dos locais das reuniões foi feita de acordo com a disponibilidade de cada localidade, tendo sido indicados preferencialmente escolas, clubes e ginásios, e, na falta destes, bares e restaurantes.
- foram selecionadas, a princípio, seis localidades, onde foram desenvolvidas as atividades e as comunidades se concentraram no entorno dessas seis localidades compreendendo o território ao longo do reservatório das duas usinas: Usina de Santo Antônio (Santo Antônio, Teotônio e Jaciparaná) e Usina de Jirau (Abunã; Fortaleza do Abunã; Mutumparaná).
- Após a realização da primeira etapa nessas localidades iniciou-se o processo participativo com as populações de jusante. As reuniões foram em Calama e Cujubim Grande.

Outro aspecto importante do processo relaciona-se ao envolvimento das diversas equipes técnicas que integraram o processo participativo, a saber:

- a coordenação e estabelecimento do método e procedimentos do processo participativo, foi realizada pelas equipes da MPS Associados / Mayerhofer & Toledo.
- a equipe técnica de Furnas que participou do processo foi proveniente do escritório central do Rio de Janeiro e dos escritórios de Cuiabá e Porto Velho;
- a equipe técnica da Leme Engenharia¹, com sede em Belo Horizonte, acompanhou o processo nas reuniões técnicas realizadas em Furnas – Rio de Janeiro e em diversas atividades realizadas junto às comunidades até a realização das audiências públicas;
- a mobilização popular foi realizada pela CPPT Cuniã que teve um importante papel como agente local. A CPPT Cuniã ficou também responsável, junto com o escritório de Furnas de Porto Velho, pela logística de transporte garantindo, dessa forma, o acesso da população às seis localidades onde se realizaram as reuniões.

A existência, na equipe, de diferentes perfis profissionais assim como as agendas contratuais, o tempo de imersão de cada técnico no processo e as responsabilidades individuais de cada um possibilitaram as atividades de *briefing* e compartilhamento de um esforço coletivo, tornando-se estratégico para a formatação do trabalho. Esse envolvimento pessoal de cada técnico exigiu de todos os profissionais envolvidos a superação das distâncias, das dificuldades de comunicação, das diferenças de ritmo e de métodos de trabalho.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho ficou patente o crescimento de cada técnico envolvido na percepção do que seja um processo participativo assim como da incorporação de outros olhares (não técnicos) a respeito das oportunidades e entraves que irão se consolidar com a implementação dos empreendimentos.

Cabe ressaltar a diversidade das comunidades envolvidas, pois o grau e o tipo de impacto diferenciam-se bastante. Encontramos localidades onde o alagamento será praticamente total, como é o caso de Mutumparaná e Teotônio, até localidades onde será mantida a situação atual, sem interferências, como em Abunã e as comunidades de Jusante.

No entanto, uma característica constante pôde ser observada em praticamente todas as localidades onde foram desenvolvidas as atividades. Refere-se ao nível elevado de participação das comunidades, que chamadas a opinar, perguntar e sugerir, responderam de forma ativa e imediata, resultado do esforço de mobilização, da abertura ao diálogo e também fruto da falta de atendimento dessas populações, no tocante a serviços públicos², assistência social, educação e perspectivas de trabalho.

Os potenciais percebidos localmente com relação à formação continuada, emprego, geração de renda, assistência à saúde pública e infra-estrutura superam, em muitas comunidades, as adversidades atribuídas à implantação das usinas, o que aponta para um alto nível de expectativas e o elevado grau de responsabilidade social dos empreendedores e do poder público.

Finalmente cabe salientar que a estratégia desenvolvida para a discussão das medidas mitigadoras do impacto das usinas, assim como das ações compensatórias e sociais devem ser consideradas como parte de um processo contínuo e que, apesar de pontual, amplia a inclusão, a visibilidade e o nível de participação, tornando visíveis e, portanto, coletivas as tensões e contradições inerentes a empreendimentos desse porte e perfil de atuação.

¹ A Leme Engenharia foi responsável pela elaboração do EIA e do RIMA.

² Porto Velho tem uma grande extensão territorial, aproximadamente 34.000Km², o que contribui para a dificuldade de atendimento dos serviços públicos.

2.1. MÉTODO

O objeto principal da consultoria (MPS Associados/Mayerhofer & Toledo) foi a gestão e coordenação técnica do processo participativo. Devem-se ter claros os conceitos que definem o que venha a ser “processo” nesse contexto e do que se espera de uma “participação” representativa da população.

2.1.1. PROCESSO

Entende-se por processo um conjunto de ações e procedimentos planejados para que aconteçam com uma agenda e ritmo previamente estabelecidos. Portanto, desde seu início são conhecidos os instantes nos quais o processo se desenvolverá e já está determinado o seu término.

Entretanto, quando definido dessa maneira, o processo não tem como meta prever resultados nem estabelecer procedimentos rígidos. No contexto de um processo participativo, os resultados estão abertos ao inesperado. O que é esperado num processo participativo se reduz à agenda e ao ritmo. Os produtos de cada fase do processo irão apontar os rumos desejados.

O processo participativo aqui apresentado chegou ao presente estado por meio de várias etapas intermediárias. Sendo que cada produto foi mérito do esforço e do envolvimento da população local que quis realizá-los e da equipe técnica que soube ouvir e compartilhar as suas questões.

A ausência de uma agenda declarada previamente ou a existência de um ritmo inadequado ao contexto no qual o processo se desenvolve impedem uma continuidade entre as ações desenvolvidas.

Um processo, genericamente falando, transforma seu objeto. Se tomarmos emprestados os fenômenos físicos, o objeto-água que passa por um processo de evaporação transforma suas propriedades. No contexto de um processo participativo espera-se que os técnicos e a população envolvida no processo se transformem com o seu desenvolvimento.

O processo participativo, portanto, é aquele que permite uma confrontação de diferentes realidades seguida de uma reflexão por parte de quem conduz ou participa. Essa reflexão é potencializada quando o sujeito, após entrar em contato com novas questões, tenha a oportunidade de questioná-las, discuti-las com o seu grupo social e contribuir dessa forma para a recondução do processo em curso.

Portanto é necessário, para que se construa um processo, que se estabeleça previamente uma agenda de atividades e se imponha um ritmo adequado ao contexto levando em conta não apenas questões logísticas, mas as culturas locais traduzidas nas formas em que se dão as relações sociais.

2.1.2. PARTICIPAÇÃO

O processo participativo inclui os olhares das populações locais em questões que no passado próximo eram tratadas com uma abordagem eminentemente técnica. A equipe técnica conserva seu olhar técnico e ganha outros papéis no processo participativo.

A experiência relatada explicita o papel do corpo técnico na aplicação do método participativo e na condução dos procedimentos e atividades do processo de discussão. Identifica-se uma diferente postura perante o “profissional técnico”, isto é, profissional formado e habilitado para atuar em determinadas áreas do conhecimento, seja ela pertencente ao meio físico, biótico ou socioeconômico.

Esse profissional não é considerado no processo participativo como “o detentor do conhecimento”. O conhecimento formal que o habilita a trabalhar como profissional não o qualifica para definir soluções de forma global e específica simultaneamente.

Portanto, esse profissional não está capacitado para definir **soluções globais** no sentido de atender às diferentes áreas, considerando os aspectos sociais, o desenvolvimento econômico, as questões ambientais e da paisagem, as questões quanto ao uso e ocupação física do território. Da mesma forma, não se qualifica para propor **soluções específicas** na medida em que não faz parte daquela realidade sociocultural e, portanto, possui uma diferente hierarquia de valores.

Dessa forma, quando as ações são cunhadas com uma visão eminentemente “técnica”, a hierarquia de valores de um grupo social é imposta a outro, ao invés de essas visões contraditórias serem compartilhadas e debatidas. Nesse caso, eventualmente, as propostas são tecnicamente bem construídas, porém, freqüentemente padecem de um vício de origem por estarem descoladas da realidade sociocultural presente na comunidade em questão.

O próprio conceito de conhecimento é questionado ao se buscar a transformação de uma realidade a partir de sua compreensão. Procura-se dessa forma uma ciência dependente de uma construção social do conhecimento que abranja as condicionantes sociais, as forças econômicas e os aspectos ambientais e físico-espaciais.

É necessário atentar ao fato de que não se está defendendo que ações de intervenção no território, a análise de seus impactos e a construção de propostas que mitiguem esse impacto dispensem a atuação de técnicos, que têm um papel importante na identificação de diferentes aspectos da realidade.

Entretanto, acredita-se que a visão técnica deva ser reavaliada e complementada por uma leitura que a comunidade faz de sua realidade, e mais, que esta visão técnica deva ser compartilhada e debatida pelos diferentes agentes sociais sem que a tomem como uma verdade absoluta.

Percebe-se, portanto, a necessidade de o profissional – seja ele arquiteto urbanista, geógrafo, engenheiro, biólogo, antropólogo, sociólogo, advogado – enxergar o seu papel nesse processo.

O processo participativo, aqui apresentado, teve o intuito de promover uma construção de um pacto social por meio do estabelecimento de ações concretas, o que indica a importância da visão “técnica” como condutor do processo, entendendo os momentos necessários de uma intervenção, de uma provocação ou no simples compartilhamento das dúvidas provenientes de questões ainda ditas de forma velada. O papel de um consultor no processo é indicar um método, concretizado em procedimentos, pelo qual seja possível explicitar os interesses contraditórios para que a realidade possa ser entendida e debatida.

É necessário que se entenda que a Paisagem é fruto das relações sociais estabelecidas sobre um território e, portanto, a transformação da forma de apropriação dos recursos naturais e do ambiente construído dependerá desses mesmos interesses contraditórios de diferentes setores da sociedade.

O trabalho aqui apresentado promove um debate entre alguns agentes do processo – comunidades, poder público, universidade, associações profissionais, equipe técnica dos responsáveis pelos estudos ambientais, sendo uma oportunidade para explicitar a questão do papel social que cada profissional deve ter nesse processo.

2.1.3. PROCESSO PARTICIPATIVO E LEITURA DO TERRITÓRIO

No processo participativo aqui exposto identificaram-se realidades distintas onde as transformações territoriais a partir da construção das hidrelétricas seriam distintas. Dessa forma optou-se pela condução de dois processos paralelos, a seguir apresentados, que trataram das duas realidades.

2.2. PROCESSO OCORRIDO ENTRE PORTO VELHO E FORTALEZA DO ABUNÃ

2.2.1. ETAPA 1 - LEVANTAMENTO SOCIOMÉTRICO

Para a primeira etapa de ações, foram programadas 4 reuniões comunitárias para o início de construção da representação comunitária potencialmente existente. Essa representação pode ser percebida por meio de técnicas apoiadas na socionomia, ciência que estuda o indivíduo e seus grupos sociais. O principal resultado foi identificar e mapear os grupos sociais existentes identificando o grau de organização social de cada grupo.

Os Atos Socionômicos foram encontros realizados em locais públicos com acesso livre a todos os convidados e interessados. A Socionomia é a Ciência que se ocupa com as “normas” da sociedade. Ela se apóia em um tripé constituído pela:

- Sociometria – Que trabalha e pesquisa através do mapeamento social quantitativo e qualitativo que considera as escolhas, as rejeições e as indiferenças entre indivíduos dentro de um grupo; pela
- Sociodinâmica – Que considera os diferentes papéis do indivíduo nas possíveis atividades e interações grupais via Role-Playing, por exemplo; e pela
- Sociatria – Que se ocupa dos aspectos terapêuticos das atividades grupais.

O Psicodrama é o procedimento socionômico mais difundido e conhecido. Ele se vale da “Dramatização” e de várias outras práticas originadas no teatro.

O Psicodrama pode ser utilizado em um “setting” (contexto) psicoterapêutico ou sócio-educacional e lida com o tratamento de conflitos de um “protagonista” eleito pelo grupo como seu representante.

Os Atos Socionômicos descritos a seguir foram conduzidos no formato de Sociodramas, onde o protagonismo é assumido por todo o grupo e dirigido e focado no contexto sócio educacional que o Projeto das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau sugere e exige.

Jacob Levy Moreno (1889, 1974), médico e psiquiatra, foi precursor da psicoterapia de grupo e inspirador e precursor de práticas grupais que estão hoje no foco dos processos “participativos”, que ele já previa e prescrevia como espontâneos e criativos.

Os Sociodramas, como descritos neste documento, lidaram com os conflitos oferecidos à discussão pública de tal forma a privilegiar uma perfeita compreensão dos pontos contraditórios presentes no Projeto das Usinas.

Recordando, os instrumentos do Sociodrama são cinco: o palco; o ator; o diretor; a equipe de ajudantes ou egos-auxiliares; e a platéia.

“...O Sociodrama pode ser definido como um método profundo de ação para a abordagem de relações intergrupais e de ideologias coletivas.

O verdadeiro sujeito do sociodrama é o grupo.

O sociodrama baseia-se na suposição tácita de que o grupo formado pela platéia já está organizado pelos papéis culturais e sociais que em algum grau são compartilhados por todos os portadores da cultura.

O pressuposto dessa abordagem é o reconhecimento de que o homem é um jogador de papéis, que todo indivíduo caracteriza-se por determinado conjunto de papéis que domina seu comportamento e que toda cultura é caracterizada por determinados conjuntos de papéis que ela impõe, com um grau variado de sucesso, aos seus membros.

O problema é como trazer à tona uma ordem cultural por meio de métodos dramáticos, já que a observação e a análise são ferramentas inadequadas para explorar os aspectos mais sofisticados das relações interculturais.”

*Jacob Levy Moreno (criador do Psicodrama)
Sociometry in Relation to Other Social Sciences, in Sociometry, 1 (1937), 206-19*

As etapas de cada Ato Socionômico são também cinco:

- O Contrato – quando o Diretor comunica à platéia o tema (por exemplo, discutir as ações mitigadoras) e as intenções dos trabalhos e a platéia concorda;
- O Aquecimento - com o mapeamento dos participantes, sua sociometria, a identificação e escolha de possíveis temas protagônicos (propostos pelos participantes) e a preparação para a ação;
- A Dramatização - apoiada na encenação, pelos participantes, de conflitos emergentes de sua comunidade, orientados pelo Diretor;
- O Compartilhamento - pela manifestação individual dos participantes de suas emoções e descobertas para todo o grupo; e
- O Processamento - quando a Consultoria avalia os resultados dos trabalhos (após o término do Ato).

A duração de cada Sociodrama é variável podendo ocupar o grupo por não menos de duas a não mais de três horas.

A sua característica principal é a de produzir um evento público com começo, meio e fim, construindo, nesse processo, o envolvimento de indivíduos inicialmente isolados em atividades grupais.

A dramaturgia das encenações é criada pelos próprios participantes, ressoando e ampliando conflitos emergentes das discussões dos temas, oportunidades de ação e papéis, como introduzidos e percebidos por eles no “aqui e agora” do palco sociodramático.



FIGURA 02 - População participando do Ato Socionômico em Jaciparaná e Mutum-Paraná.
Foto do autor

Em função da agenda e do calendário possível foram realizados apenas 4 Atos Socionômicos:

- Em Mutumparaná – dia 15 de Abril de 2006 – na manhã de um sábado;
- Em Jaciparaná – dia 15 de Abril de 2006 – na tarde do mesmo sábado;
- Em Teotônio – dia 16 de Abril de 2006 – na manhã de um domingo; e
- Em Porto Velho – dia 17 de Abril de 2006 – na manhã de uma segunda feira.

As reuniões em Mutumparaná, Jaciparaná e Teotônio foram dirigidas pelo Arquiteto / Psicodramatista Ricardo G. Florez tendo como ego-auxiliar a Psicóloga / Psicodramatista Julianna E. R. Florez.

Os Atos Socionômicos foram filmados e fotografados na íntegra e estão disponibilizados como gravação em CD e em DVD.

2.2.2. ETAPA 2 – APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DAS USINAS E DOS IMPACTOS PREVISTOS NO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Nessa etapa do trabalho foram objeto a Apresentação dos Projetos e do *Registro de Opiniões*, junto às comunidades e instituições envolvidas, e o conhecimento das principais questões e dúvidas apresentadas pelos participantes locais em relação às oportunidades e aos impactos dos empreendimentos na região e às respectivas ações mitigadoras e compensatórias necessárias.

Após as atividades iniciais descritas anteriormente, foram realizadas dinâmicas específicas, envolvendo as comunidades e as equipes técnicas, com o objetivo de apresentar a população os impactos sócio-ambientais positivos e negativos, decorrentes da implantação das usinas de Santo Antônio e Jirau e dessa forma explicitar as principais contradições e oportunidades.



FIGURA 03 - Apresentação das questões pertinentes ao processo.
Fotos do autor.

Para a realização das reuniões, foi necessária a preparação de material de apresentação, em mídia eletrônica e impressa, dos elementos referentes ao projeto, com base nas informações fornecidas na etapa de *briefing*, que incluíram:

- o fornecimento de bases cartográficas, fotos aéreas e demais informações gráficas necessárias para a comunicação visual do projeto;
- o destaque das *Frases Assertivas, declaradas no EIA-RIMA*, sobre o projeto e sobre as ações mitigadoras, usadas para construção do elenco de informações, objeto do Registro de Opiniões e do aquecimento para a discussão sobre os principais temas e questões junto às comunidades.

O roteiro proposto pela consultoria para cada Oficina seguiu a seqüência:

A- início da reunião:

- Abertura
- Contrato: declaração das etapas da reunião
- Apresentação do projeto

B- foco da reunião

- Registro de Opiniões

C- parte final:

- Construção das novas questões
- Representação e compromisso com o processo

As dinâmicas adotadas nas reuniões de cada comunidade apresentaram diferenças, fruto de condições específicas de preparação e realização de cada uma.

Foram fatores importantes para o sucesso dessa etapa: a escolha dos locais de reuniões e a forma de mobilização adotada para cada localidade, assim como, a visualização do projeto por recurso multimídia, especialmente elaborado pela consultoria, os participantes tiveram real condição de perceber as resultantes físico-espaciais decorrentes da implantação do projeto e de seus impactos, possibilitando maior esclarecimento e melhores discussões.

Podemos também apontar, como outro aspecto importante observado, a própria conduta da equipe técnica, que, mesmo com posturas diferenciadas inerentes às formações profissionais específicas, souberam se programar melhor, a cada oficina, para participar da atividade de indicação de novas questões, exigindo da equipe prontidão nas respostas às demandas apresentadas pelas comunidades.

Os resultados obtidos nessa fase de apresentação do projeto e de registro de opiniões compreenderam:

- a) A comunicação mais eficiente das características do projeto, dos seus impactos negativos e positivos, no que diz respeito às comunidades afetadas. A apresentação em multimídia contribuiu para informar sobre a justificativa social do empreendimento, analisado sob a ótica das demandas presentes no território regional e nacional, e, principalmente, facilitou a visualização de forma direta das áreas e níveis de alagamento do Rio Madeira, possibilitando que os participantes conhecessem os seus impactos mais imediatos.
- b) A construção social de opiniões e de demandas e questionamentos sobre o projeto e sobre as ações mitigadoras, registrando distintos e por vezes contraditórios, interesses e demandas de representantes de diferentes setores da sociedade, migrando do nível individual ao coletivo. O procedimento de registrar as opiniões permitiu a apresentação dos principais pontos do EIA-RIMA referentes aos estudos ambientais e sócio-econômicos.
- c) A crescente mobilização em torno da discussão sobre o projeto e sobre as ações mitigadoras, tendo em vista o perfil quantitativo e qualitativo do público presente nas reuniões e a resposta às dinâmicas propostas.
- d) A possibilidade de maiores esclarecimentos por parte dos técnicos que desenvolviam o EIA-RIMA sobre o projeto e sobre as ações mitigadoras, fornecendo esclarecimentos mais diretos sobre questões pertinentes a:

- locais de assentamento, processos de indenizações e relocação e atendimento social;
- decréscimo e/ou modificações das atividades econômicas, como pesca e agricultura;
- monitoramento ambiental e desdobramentos futuros dos empreendimentos;
- capacitação das comunidades locais e oportunidades de emprego e geração de renda;
- ações mitigadoras de cunho imediato.

A participação dos técnicos foi fundamental para que as dúvidas dos participantes fossem esclarecidas, com maior ou menor grau de objetividade, deixando mais claras tanto as conseqüências como as ações previstas para mitigar os impactos do empreendimento.

Foi possível obter resultados significativos tanto no conhecimento e discussão coletiva sobre as principais questões identificadas como na garantia da continuidade do processo participativo em suas demais etapas.

2.2.3. ETAPA 3 - RESGATE DE PROPOSIÇÕES

A dinâmica proposta para as reuniões procurou promover a discussão na comunidade a respeito dos impactos e das respectivas propostas de ações mitigadoras de forma a favorecer o surgimento de representantes das comunidades.



FIGURA 04 - População participando do processo na fase inicial de elaboração de propostas.
Foto do autor

Após um aquecimento promovido pelo exercício de Resgate de Opiniões e do ato de compartilhar as opiniões a respeito das ações mitigadoras propostas pelos técnicos responsáveis pelo EIA-RIMA, formavam-se grupos que passavam a discutir e construir propostas para ações mitigadoras e também levantavam novas questões.

A última parte da Oficina foi constituída pela apresentação por um representante de cada grupo que passava a declarar aos presentes as propostas e questões construídas em cada grupo.

As dinâmicas adotadas nas reuniões de cada comunidade, assim como na etapa anterior, apresentaram diferenças, fruto de condições específicas de preparação e realização de cada uma.

Os resultados obtidos nessa fase de construção coletiva das propostas e esclarecimento de questões indicaram:

- a) o processo potencializou o surgimento de representantes das comunidades que passaram a se sentir mais confiantes em suas colocações e propostas.
- b) foram explicitados as propostas, reivindicações e posicionamentos.

Após 15 dias realizou-se outro conjunto de reuniões a fim de dar prosseguimento à elaboração das propostas. Neste novo conjunto de reuniões foram organizados grupos para discussão conjunta, com material contendo as propostas surgidas na reunião anterior.

As proposições foram agrupadas por temas, para serem analisadas, reagrupadas, reescritas, recusadas. Era também oferecida a opção de apresentação de novas propostas. Cada grupo escolhia o relator que faria a exposição das discussões e propostas do grupo para todos os participantes. Nessas exposições surgiam, ao lado das propostas, dúvidas e pedidos de esclarecimentos.

A dinâmica adotada assegurou que as questões mais importantes do projeto das duas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e seus impactos sócio-ambientais chegassem ao conhecimento dos participantes das Oficinas, embasando seus questionamentos, propostas e reivindicações.

As Oficinas se apresentaram como espaço de surgimento de propostas, reivindicações e demandas que extrapolaram as que seriam de fato causadas pelos impactos do empreendimento. Devido a isso, houve a necessidade de explicitar, diversas vezes, que o conjunto dessas propostas e demandas continha, além das de responsabilidade do projeto, com soluções próprias da mitigação e compensação dos impactos que causaria, as que teriam que ser encaminhadas às esferas públicas em nível municipal, estadual e federal e outras que poderiam vir a ser incorporadas nas ações de responsabilidade social do futuro empreendedor.

A participação da equipe técnica, responsável pelo EIA-RIMA, foi fundamental para que as dúvidas dos participantes fossem esclarecidas, deixando mais claras tanto as conseqüências como as ações mitigadoras previstas para neutralizar os impactos do empreendimento.

É importante observar que, nesse momento, o reencontro dos moradores das comunidades envolvidas, representantes de associações, ONGs, consultores e técnicos demonstrava que essa etapa faz parte de um processo em construção que não se esgotaria com o término do processo participativo relatado neste documento. Houve uma construção coletiva das questões e demandas sociais, importantes na vida das comunidades envolvidas, configurando um processo participativo que poderá ter continuidade, migrando do nível individual ao coletivo.

O trabalho mais exaustivo dessa etapa foi a preparação do material de forma a devolver para as comunidades de forma organizada encorajando-as a seguir em frente no detalhamento de propostas viáveis de serem incorporadas pelo empreendimento.

Diversas reuniões foram realizadas no escritório da consultoria assim como com a equipe técnica do consórcio a fim de analisar as propostas estabelecer um procedimento adequado as realidades locais.

Pelos resultados obtidos podemos afirmar que as reuniões possibilitaram estabelecer um vínculo com cada uma das comunidades, ao se declarar como cada uma das propostas desenvolvidas pelas comunidades se relacionam com os possíveis agentes.

Ficou claro que nem todas as propostas apresentadas tem obrigatoriamente como agente o futuro empreendedor das Usinas de Santo Antônio e Jirau. Neste sentido foi necessário organizar as propostas tendo como possíveis agentes:

- O futuro empreendedor
- O futuro empreendedor como uma possível ação de responsabilidade social
- O futuro empreendimento juntamente com o Poder Público
- O Poder Público
- O Poder Público com a iniciativa privada

Foi também explicitados os temas mais presentes de cada localidade e procurou-se estabelecer um vínculo da proposta com os programas estabelecidos no EIA, explicitando dessa forma as propostas que tinham ou não verba prevista.



FIGURA 05 - Grupos analisando e reescrevendo as propostas.
Foto do autor.

A dinâmica da reunião possibilitou exercitar o desenvolvimento das propostas explicitando três itens:

- **CIRCUNSTÂNCIAS DA PROPOSTA:** ONDE / QUANDO / QUANTO / PARA QUEM
- **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:** O COMO
- **JUSTIFICATIVA:** O PORQUÊ

Para cada proposta foi desenvolvida uma ficha onde cada comunidade presentes nas quatro reuniões realizadas pode exercitar uma forma de desenvolver as propostas. A partir das propostas lançadas no primeiro conjunto de reuniões foram elaboradas **431** fichas.

2.2.4. CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em fevereiro de 2007, os consultores e a equipe técnica do consórcio voltaram a realizar novos encontros. As comunidades que estão na região da usina do Jirau se reuniram em Mutumparaná e as comunidades próximas a região da usina de Santo Antônio, se reuniram em Jaciparaná.

Nessa ocasião foi entregue a todos os representantes das comunidades, um documento contendo a indicação do entendimento que os técnicos tiveram das propostas desenvolvidas pelas comunidades. As comunidades revisaram o documento, separado em temas e devolveram no mesmo dia.

Em comum acordo com cada comunidade, foram excluídas desse documento, as propostas que foram entendidas não serem de responsabilidade direta do futuro empreendedor. Consolidado esse documento único, cabia agora a elaboração de um texto com linguagem mais técnica para dar seqüência e encaminhamento.

Desta forma o documento final, apresentado para as autoridades municipais, estaduais e federais, foi discutido tanto na sua forma como em seu conteúdo com todas as comunidades. Foi garantido a cada comunidade que tivessem ocasião de revisar e aprovar, junto a seus representantes, o presente documento.

2.3. PROCESSO OCORRIDO ENTRE PORTO VELHO E CALAMA

Conforme relatado na introdução, as reuniões com as comunidades localizadas a jusante de Porto Velho tiveram como objetivo apresentar os empreendimentos e resgatar propostas da mesma maneira que ocorreu com as comunidades localizadas entre Porto Velho e Fortaleza do Abunã.

Foram realizadas nesta etapa por quatro razões:

- assim como as comunidades de montante - Abunã e Fortaleza do Abunã – o EIA não prevê impactos nas comunidades localizadas a jusante. Entretanto estas estavam preocupadas quanto a serem atingidas pelos empreendimentos por não conhecerem direito o projeto. Os projetos de ambas usinas, tanto de Santo Antônio quanto de Jirau, terão reservatórios a fio d'água, o que permite, pelas características do Rio Madeira e do projeto, não serem esperados impactos nas comunidades a jusante.
- na região existe a usina de Samuel, que é de um reservatório de acumulação, e que gerou uma serie de impactos a jusante desta barragem após a sua construção. Conhecendo apenas essa realidade as comunidades tinham a convicção de que seriam atingidas e, portanto necessitavam esclarecimentos.
- o processo participativo foi estendido a estas comunidades por solicitação delas mesmas em reunião realizada em São Carlos no final de junho.
- mesmo não sendo atingidas as comunidades foram convidadas a lançar propostas por pertencerem ao município de Porto Velho, e portanto terem como pleitear, junto ao governo municipal, demandas a serem atendidas por meio do gerenciamento dos recursos municipais vindos da implantação dos empreendimentos. Entende-se que algumas propostas podem vir a fazer parte de ações de responsabilidade social do empreendedor apesar da não obrigatoriedade de atendimento nestes casos. A idéia é iniciar um dialogo que possibilitará ações concretas no futuro caso o empreendimento se viabilize.

2.3.1. PRIMEIRO CONJUNTO DE REUNIÕES (APRESENTAR E PROPOR)

A dinâmica proposta procurou promover a discussão na comunidade a respeito dos impactos e das respectivas propostas de ações mitigadoras de forma a favorecer o surgimento de representantes das comunidades presentes.

Após um aquecimento promovido pelo ato de compartilhar as opiniões a respeito das ações mitigadoras propostas nos Estudos de Impacto Ambiental, formaram-se cinco grupos que passaram a discutir e construir propostas para atender as demandas locais.

A última etapa de reunião foi constituída pela apresentação por um representante de cada grupo que passava a declarar aos presentes as propostas e questões construídas em cada grupo.

A consultoria deixou claro que, o objetivo da reunião era o de identificar, através da participação ativa da comunidade, as proposições em relação às demandas existentes.

Procedeu-se em seguida à proposta de desenvolvimento da oficina e a apresentação dos programas previstos pelo EIA/RIMA elaborado para o projeto.

Os recursos visuais junto à explanação pela consultoria se mostraram eficazes na clarificação do conjunto de informações.



FIGURA 06 - População participando do processo em Calama.
Foto do autor.

Em seguida, os participantes se dividiram em cinco grupos para a discussão das questões e encaminhamento de proposições. Finalmente, abriu-se o compartilhamento sobre as mesmas.

Nas reuniões foi possível esclarecer os seguintes pontos:

- Nível das águas do rio Madeira após a construção das usinas, no trecho a jusante.
- Oportunidades de emprego e contratação de mão de obra local.
- Continuidade e perfil das atividades de pesca.
- Questões relativas à saúde e condições epidemiológica.
- Apoio a projetos locais e sustentabilidade.
- Continuidade das atividades agrícolas na várzea
- Fornecimento de energia x consumo local
- Fornecimento de energia x nível de água dos reservatórios
- Condições de navegação x navegabilidade
- Participação x lideranças x associativismo

As propostas encaminhadas, em sua maioria, dizem respeito à sustentabilidade econômica das comunidades do Baixo Madeira e na melhoria da infra-estrutura que atende a essas comunidades.

De uma maneira geral, a partir da garantia reafirmada pelos estudos que o nível e a qualidade das águas do rio Madeira não irá sofrer alteração por se tratar de uma usina a fio d'água, as comunidades presentes à reunião buscaram enxergar as potencialidades dos possíveis programas e recursos que poderão ser disponibilizados com a implantação das usinas, ainda não distinguindo, entretanto, o papel que deverão cumprir, os empreendedores, os agentes públicos, os agentes privados e as parcerias entre esses agentes.

Como a jusante as populações não serão afetadas diretamente ganham maior expressão as propostas relativas ao aperfeiçoamento das atividades agrícolas e de extração, ao reforço do associativismo, à capacitação dos produtores e à melhoria intensiva das condições de infra-estrutura física (estradas, acessos, energia, postos de saúde, escolas, mercados) e social (reforço a equipes de saúde e educação, combate epidemiológico, capacitação e assistência técnica).

As proposições apresentadas foram reunidas nos seguintes assuntos:

- Sustentabilidade econômica e geração de renda
- Melhoria de infra-estrutura física e social
- Serviços públicos e assistenciais
- Aspectos jurídicos e documentais
- Associativismo

O processo adotado permitiu que, na discussão, as pessoas se sentissem ouvidas possibilitando um novo tipo de relacionamento baseado na confiança mútua.

2.3.2. SEGUNDO CONJUNTO DE REUNIÕES (CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS)

Essa etapa do processo participativo em curso teve como principal objetivo o detalhamento das propostas anteriormente apresentadas pelas comunidades à jusante, reunidas na localidade de Calama.

Ao iniciar a reunião a consultoria apresentou as equipes e esclareceu os objetivos das oficinas propostas, ressaltando a necessidade das comunidades circunstanciam as mesmas.



FIGURA 07 - Grupos trabalhando na elaboração das propostas.
Foto do autor.

Embora as etapas do processo encontrem-se claramente definidas e os objetivos principais de cada reunião sejam explicitados, o fato de que, em todas as reuniões participativas, novos atores compareçam e em função da complexidade sócio-ambiental inerente ao próprio empreendimento, demanda um esforço contínuo de elucidação dos fatos e retomada de aspectos já anteriormente trabalhados, a fim de colocar a todos em patamar de igualdade para o exercício democrático proposto e a produtividade dos trabalhos.

Considerando, portanto, a presença de novos participantes que constituíam pelo menos um terço dos presentes³, a equipe técnica, forneceu, sinteticamente, informações sobre as etapas anteriores, esclarecendo dúvidas e ressaltando o amadurecimento do processo como um todo. Esclareceu ainda que o processo tem avançado, através de métodos e técnicas, no sentido de socializar aspectos comuns e ao mesmo tempo identificar singularidades das populações ribeirinhas envolvidas. Evidenciou, por fim, as características dinâmicas do processo participativo, ressaltando a importância de sua continuidade no tempo, e a designação de um representante para acompanhamento e ajustes que o trabalho requer.

O roteiro sugerido pela equipe de consultores foi apresentado para anuência dos participantes e consistiu na seguinte seqüência: Apresentação do Projeto Registro de Opiniões e posterior Detalhamento das Propostas e Compartilhamento.

³ As reuniões realizadas a jusante de Porto Velho acabavam por durar o dia inteiro. Por essa razão os representantes de algumas comunidades faziam um revezamento. Foi interessante perceber que o grau de envolvimento dos representantes estava diretamente relacionado a organização social da comunidade. Neste sentido cabe destacar que a troca de representantes não caracterizava obrigatoriamente o nível de organização social. Existiam comunidades extremamente organizadas que revezavam seus representantes e esses chegavam sempre já informados das questões, da mesma forma que havia representantes fixos de comunidades com uma organização social precária..

Uma vez acordada a seqüência proposta de etapas, a consultoria fez o aquecimento das atividades apresentando o projeto, situando-o no tempo e espaço e explicando que a aprovação do EIA-RIMA pelo IBAMA representava um fato importante para o andamento do processo.

Na apresentação do projeto, em mídia digital, foram acrescentados diagramas em perspectiva que simulavam o processo de alagamento natural das margens causado pelas secas e cheias do Rio Madeira que continuarão acontecendo a jusante após a construção das barragens. Essa apresentação possibilitou uma melhor visualização dos cenários futuros.

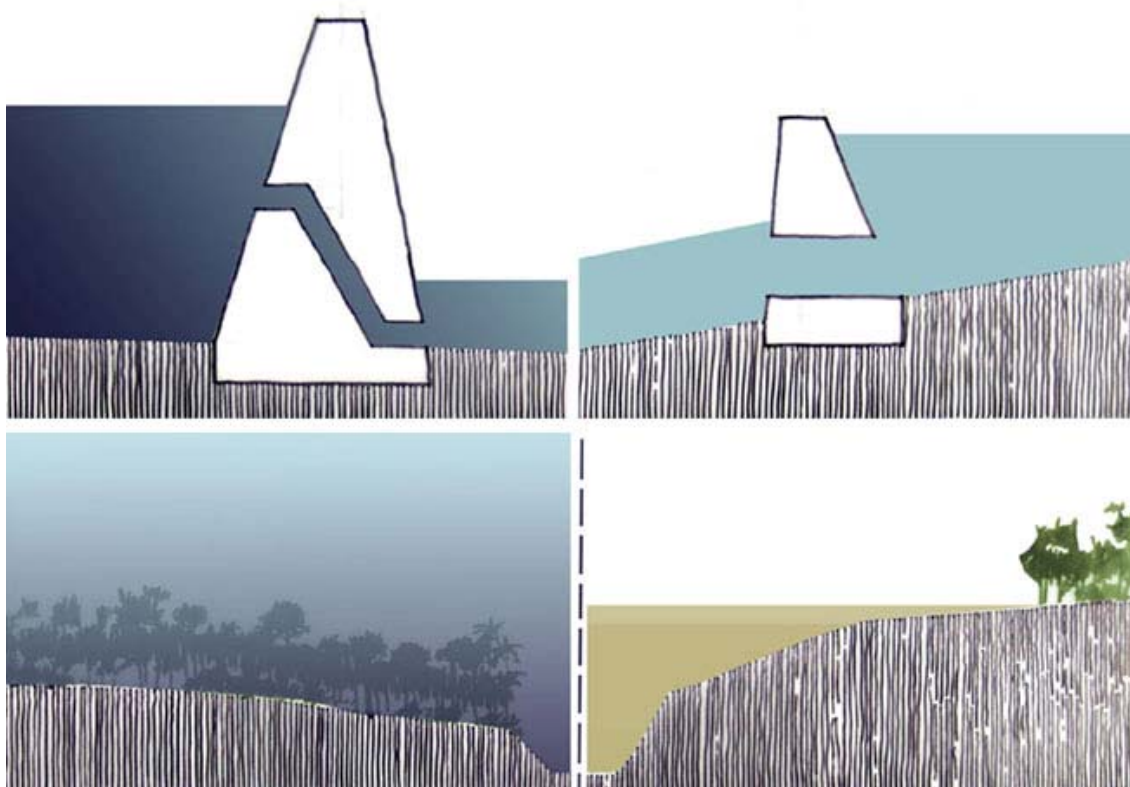


FIGURA 08 - Grafismo que por meio de animação simula uma represa de acumulação de água (esquerda) e uma represa a fio d'água.
Ilustração: autor e Ricardo Guerra Florez.

Também foram apresentadas as propostas feitas pelas comunidades em oficinas anteriores, através de um quadro referencial onde foram indicadas as responsabilidades atribuídas ao poder público, ao empreendimento (através de compensação social) e ao futuro empreendedor (conforme sua política de responsabilidade social); esse quadro possibilitou o esclarecimento sobre as competências dos agentes envolvidos em relação ao atendimento das demandas e ações mitigadoras, ensejando ainda a possibilidades de parcerias entre eles.

A seguir foi apresentado o elenco de proposições, agrupadas por assunto e encaminhadas anteriormente pelas comunidades, a fim de que todos tivessem condições de aferir se, de fato, haviam sido contemplados.

A consultoria distribuiu as folhas de propostas para que os participantes pudessem ler pausadamente, discutissem com seus companheiros e ajustassem o texto com acréscimos e supressões, quando necessário.

A equipe de consultores comunicou que novas comunidades participantes, bem como novas propostas podiam ser incluídas. Propôs por fim que os grupos fizessem a referida leitura, e voltassem no dia seguinte para continuidade dos trabalhos.

Em continuidade aos trabalhos realizados no dia anterior, a equipe de consultores retomou o processo de detalhamento das propostas encaminhadas pelas comunidades presentes, ressaltando os objetivos da oficina do dia. Foi solicitado um esforço de todos os participantes no sentido de circunstanciar as proposições. Esclareceu-se que, nessa etapa dos trabalhos, era preciso transcender à instância de uma declaração de demandas e avançar rumo à elaboração de projetos.

A fim de subsidiar as atividades a consultoria apresentou um quadro que referenciava os agentes passíveis de assumir responsabilidades quanto a implementação das propostas. Foram identificados agentes públicos e privados e possibilidades de parceria. Dessa forma, as comunidades puderam perceber com maior clareza as competências usuais e obrigatórias de cada agente, mas, também, o universo de possibilidades de conexões entre eles.

A oficina é apenas o início do processo de construção de propostas o qual demanda tempo para ajustes, acréscimos e supressões. Sugeriu-se que os participantes aprofundassem com tranquilidade essas propostas junto às suas comunidades.

A equipe técnica explicitou, os conceitos de compensação e responsabilidade sociais fornecendo exemplos próximos ao universo ribeirinho, deixando claro o que são, para os agentes, atribuições obrigatórias e as que dependem de encaminhamento de projetos das comunidades, em consonância com a política social das empresas; ressaltou ainda o espaço e recursos para as comunidades que se organizarem e fizerem propostas consistentes.

Para orientar os trabalhos, foram entregues a cada uma das comunidades presentes, envelopes com 2 folhas para detalhamento das propostas, contendo:

- a caracterização de propostas específicas de cada comunidade, relacionando assuntos e agentes, estabelecendo ainda vínculos com sub-programas de compensação social empresariais previstos no EIA.
- um roteiro solicitando aos participantes que definissem a(s) proposta(s) por comunidade, circunstanciassem as idéias (onde, quando, quanto, para quem), propusessem uma estratégia de implementação (como) e finalmente justificassem o exposto (porque). O roteiro proposto foi lido pela consultoria para que todos pudessem esclarecer as suas dúvidas. Em seguida, os participantes se reuniram em cerca de 10 grupos para o sugerido aprofundamento.

Novas comunidades se manifestaram e foram contempladas quanto às suas inserções no processo.

Os grupos se reuniram espontaneamente na sala de aula e na área livre contígua à escola. Voltando à plenária geral, as propostas foram discutidas de forma coletiva.

As comunidades foram chamadas a se manifestarem espontaneamente para debate das idéias circunstanciadas nos pequenos grupos de trabalho.

Vários participantes manifestaram o desejo de aprofundar o processo junto às suas comunidades, o que, a rigor já havia sido ensejado pelas equipes técnicas.

Ao final da manhã, propôs-se como encerramento das atividades, que os participantes dessem depoimentos sobre as suas percepções (como indivíduos e cidadãos e não como representantes de comunidades) em relação ao trabalho que vem sendo realizado junto à população ribeirinha. A idéia era a de aferir e compartilhar o amadurecimento das pessoas quanto ao exercício de cidadania que vêm realizando ao longo do processo participativo.

Seguiram-se vários depoimentos, alguns bastante emocionados, sobre crescimento individual e maior consciência acerca de direitos e deveres em função da participação no processo; foi comentada a responsabilidade de cada um quanto à mobilização e iniciativas de organização para o fortalecimento das comunidades na reivindicação de suas demandas.

2.3.3. CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em fevereiro de 2007, os consultores e a equipe técnica do consórcio voltaram a visitar as comunidades. As comunidades que estão localizadas a jusante de Porto Velho até Calama se reuniram em Cujubim Grande.

Em um de semana, foi entregue a todos os representantes das comunidades, um documento contendo a transcrição das propostas que foram recebidas dentro dos envelopes. As comunidades revisaram o documento, separado em temas e cada comunidade indicou a proposta que, segundo seu entendimento, deveria ser atendida primeiramente.

Desta forma o documento aqui apresentado foi discutido tanto na sua forma como em seu conteúdo com todas as comunidades. As comunidades têm consciência que suas propostas têm como principal agente o Poder Público Municipal que por sua vez terá o apoio do futuro empreendimento por meio do programa de compensação social.

A solicitação das comunidades que participarem desse processo é de que na gestão desses recursos essas demandas sejam consideradas e se estabeleçam metas para que sejam atendidas.

2.4. ENTREGA DO DOCUMENTO FINAL

Como previsto inicialmente, em setembro de 2007, as propostas foram consolidadas na sua forma final. Revistas pelas comunidades e entregues pelos representantes das comunidades – localizadas na área de influência direta de Santo Antônio e Jirau e das comunidades de jusante – aos representantes públicos municipais, estaduais e federais em Cerimônia oficial de entrega dos documentos público contendo as propostas construídas ao longo do processo participativo.

No total foram construídas 320 propostas pelas 61 comunidades que participaram do processo participativo.



FIGURA 9 – Cerimônia de entrega de documento público contendo as propostas construídas ao longo do processo participativo.

Foto do autor.

O processo participativo do Madeira foi um avanço enquanto processo, em relação aos estudos dos aspectos sócio-econômicos para empreendimentos desse porte. Foi uma experiência inédita se considerada a sua extensão e intensidade. Entretanto o processo e seus produtos – documentos entregues e a promoção da organização social que o processo proporcionou – não garantem a sua continuidade. É necessário ainda esclarecer o quanto as propostas construídas foram de fato respeitadas.

Não temos ilusão. Em processos desse porte, onde o interesse econômico está fortemente presente e atuante é necessário uma condução correta do setor público para garantir os direitos e distribuir as riquezas. Enquanto o poder público não for o promotor da equidade social, todo processo participativo avançara apenas um pouco na organização social, carecendo de uma justiça social presente e transformadora.

3. REFLEXÕES E REBATIMENTO NO ENSINO

Apoiado no estudo de caso apresentado a questão que se coloca para discussão refere-se à formação do profissional que consiga lidar com as questões colocadas.

A coordenação técnica exercida por arquitetos e urbanistas em uma equipe transdisciplinar mostrou ser adequada para a condução das questões técnicas associadas às questões socioambientais. Entretanto todos os arquitetos e urbanistas que se envolveram nessa empreitada tiveram uma formação onde o entendimento da paisagem e do ambiente estava fortemente presente.

O estudo de caso mostra, pela complexidade e diversidade encontrada, a necessidade de uma formação que não está restrita ao entendimento das dinâmicas urbanas ou metropolitanas, mas sim da sua relação com o restante do território.

As disputas e interesses contraditórios explorados ao longo do processo explicitaram como nas pequenas cidades e núcleos se relacionam com a área rural ao mesmo tempo em que possuem uma carência no atendimento dos serviços públicos – educação, saúde, transporte, etc. – que normalmente são tratados como assuntos urbanos por nós arquitetos e urbanistas.

Não se tem aqui a intenção de propor uma mudança curricular ou de erguer alguma bandeira sobre mais um aspecto que a formação do arquiteto urbanista deva incluir. O que se pretende aqui é explicitar a necessidade de uma formação abrangente, de um profissional que saiba lidar com as questões do edifício, da cidade, do planejamento municipal – que inclua a área rural – e da paisagem e ambiente.

Pretende-se contrapor ao discurso de uma formação mais específica e voltada ao mercado de trabalho. Até por que, aparentemente, desconhecemos este mercado por completo. Os discursos ambientais devem incorporar a dimensão social e, para essa tarefa, o arquiteto urbanista tem um papel estratégico.

A formação do arquiteto urbanista em nossas escolas pode promover uma visão da diversidade, complexidade e contradições que caracterizam o território brasileiro. Assim como abrir os olhos, de nossos alunos, para os diferentes aspectos da sociedade brasileira, sua característica, sua história e seus desafios de transformação e deslocamento de valores (HALL, 2006).

O entendimento dos aspectos socioculturais e de sua correspondente espacialização ira imprimir sobre o território questões que só poderão ser abarcadas caso fomente a reflexão sobre a necessidade de se promover uma construção conjunta (COOL, 1997) com nossos alunos, a respeito do entendimento da dimensão das diversidades ambientais, culturais, sociais e econômicas existentes no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Proposta das Comunidades Localizadas na área de influência direta do AHE de Santo Antônio*. Documento Público. Porto Velho. 2007.
- BRASIL. *Proposta das Comunidades Localizadas na área de influência direta do AHE de Jirau*. Documento Público. Porto Velho. 2007.
- BRASIL. *Proposta das Comunidades Localizadas a jusante da AHE de Santo Antônio*. Documento Público. Porto Velho. 2007.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- COLL, César e MARTÍN, Elena. A avaliação da aprendizagem no currículo escolar: uma perspectiva construtivista. In: *O construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997. p. 197-221.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Stuart. *Da diáspora - identidades e mediações culturais*. Coleção Humanitas. Belo Horizonte: UFMG. 2006
- SANTOS, Milton. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- _____. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- WARDE, Mirian J. e CARVALHO, Marta M. C. de. Política e cultura na produção da História da Educação no Brasil. In: *Contemporaneidade e Educação*. São Paulo: Ano V, nº 7, 1º sem. 2000.
- MIRANDA, E. E. de; GOMES, E. G. GUIMARÃES, M. *Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

LISTAGEM DAS ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Município de Porto Velho, com a sinalização das localidades onde ocorreu a maioria das reuniões. Vilas de Santo Antônio e sedes distritais de Mutum-Paraná e Jaci-Parana.
Fotos e Ilustração do autor.

FIGURA 02 - População participando do Ato Socionômico em Jaciparaná e Mutum-Paraná.
Foto do autor

FIGURA 03 - Apresentação das questões pertinentes ao processo.
Fotos do autor.

FIGURA 04 - População participando do processo na fase inicial de elaboração de propostas.
Foto do autor

FIGURA 05 - Grupos analisando e reescrevendo as propostas.
Foto do autor.

FIGURA 06 - População participando do processo em Calama.
Foto do autor.

FIGURA 07 - Grupos trabalhando na elaboração das propostas.
Foto do autor.

FIGURA 08 - Grafismo que por meio de animação simula uma represa de acumulação de água (esquerda) e uma represa a fio d'água.
Ilustração: autor e Ricardo Guerra Florez.

FIGURA 9 – Cerimônia de entrega de documento público contendo as propostas construídas ao longo do processo participativo.
Foto do autor.